

**TERMO DE REFERÊNCIA 004/2026****1. DO OBJETO**

Constituir Cadastro de Pré-Qualificação Permanente de pessoas jurídicas e consórcios visando à futura contratação, por meio de licitações restritas, de serviços técnicos especializados de apoio à estruturação, modelagem, gestão e comunicação de projetos de infraestrutura, concessões e parceria público-privadas, divididos em 07 (sete) lotes, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, sendo:

**Lote 01: Modelagem/Estudo Jurídico-Institucional**

Consultoria em marcos regulatórios, elaboração e revisão de minutas de editais, contratos e instrumentos de garantias, bem como suporte jurídico-institucional em todas as fases dos projetos.

**Lote 02: Modelagem/Estudo Econômico-Financeiro e de Riscos**

Elaboração de planos de negócios, modelos econômico-financeiros, avaliação de vantajosidade (Value for Money), estruturação de matrizes de riscos, testes de sensibilidade e avaliação de bancabilidade e suporte a leilões e licitações.

**Lote 03: Engenharia, Arquitetura e Planejamento Urbano**

Elaboração de diagnósticos técnicos, estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental (EVTEA) projetos básicos, estimativas de investimentos (CAPEX) e despesas operacionais (OPEX), bem como planos de manutenção e diretrizes físicas e urbanísticas dos ativos

**Lote 04: Gestão, Governança e Monitoramento**

Prestação de serviços técnicos para a concepção e implementação de modelos de gestão dos contratos de parceria, definição/estabelecimento de indicadores de desempenho (KPIs), regras de pagamento variável, estruturação da fiscalização, prorrogação de contratos e prorrogação antecipada, relicitação, reversão de bens, desenho de governança institucional e mensuração de impacto, incluindo o acompanhamento e cumprimento de metas relacionadas ao Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

**Lote 05: Relações Públicas e Comunicação Social (Comunicação Estratégica)**

Apoio à gestão de Stakeholders, planejamento e execução da comunicação institucional dos projetos, incluindo estratégias de participação social (audiências,

consultas públicas) e gestão de crises associadas a iniciativa de infraestrutura e parcerias.

**Lote 06: Inovação e Tecnologia**

Integração de soluções tecnológicas aplicadas a projetos de infraestrutura e concessões, tais como plataformas de gestão de contratos, sistemas de monitoramento digital, BIM, IoT, análise de dados (Big Data, BI) e soluções de eficiência operacional e energética.

**Lote 07: Gestão Ágil de Projetos (PMO) e Integração de Estudos**

Coordenação técnica transversal dos trabalhos de modelagem (jurídicos, econômico-financeiros e de engenharia), com uso de metodologias ágeis reconhecidas no mercado (por exemplo, Scrum, Kanban ou Lean), garantindo a integração de estudos, entregas incrementais e gestão dinâmica de riscos ao longo do ciclo de estruturação.

**1.1. Integram este TR, os seguintes anexos:**

**Anexo I** - Modelo de Declaração de beneficiário Lei 123/2006, se for o caso;

**Anexo II** - Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica;

**Anexo III** - Modelo de Declaração da Lei Orgânica;

**Anexo IV** - Modelo de Declaração de Conformidade ao Artigo 38 da Lei Federal nº 13.303/2016;

**Anexo V** - Modelo de Declaração de Adequação à LGPD;

**Anexo VI** - Modelo de Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio;

**Anexo VII** - Modelo de Termo de Pré-Qualificação;

**Anexo VIII** - Modelo de Declaração de Disponibilidade de Equipamentos, Materiais e Mão-de-obra.

**2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE**

**2.1.** Com a entrada em vigor da Lei nº 11.801/25 que autorizou à PBH Ativos SA. a auxiliar Órgãos e Entidades da Administração Pública de outros Entes Federativos na formulação e implementação de Projetos de Infraestrutura, Concessões, Parcerias Público-privadas, Desestatização, Parcerias em geral e outros projetos de interesse público, verifica-se uma expectativa de aumento significativo da demanda por modelagens, tanto em volume quanto em complexidade, envolvendo múltiplos setores, arranjos contratuais diversos e elevados requisitos técnicos, regulatórios e financeiros. Tal cenário exige atuação especializada, multidisciplinar e, muitas vezes, simultânea em diferentes projetos estratégicos.

Nesse contexto, o quadro permanente de pessoal da empresa, embora conte com corpo técnico qualificado, pode eventualmente revelar-se insuficiente para absorver de forma concomitante e tempestiva todas as modelagens demandadas, especialmente considerando a limitação quantitativa de profissionais, a necessidade de dedicação intensiva a cada projeto e a diversidade de competências técnicas requeridas. Ademais, a ampliação imediata do quadro próprio encontra restrições legais, orçamentárias e de governança.

Diante desse cenário, a pré-qualificação de empresas de consultoria especializadas constitui medida técnica e jurídica adequada para suprir, de forma complementar, lacunas pontuais de capacidade operacional interna, sem prejuízo das atribuições estratégicas do corpo técnico da empresa.

O procedimento permitirá a formação de cadastro prévio de consultorias qualificadas, previamente avaliadas quanto à capacidade técnica e experiência, proporcionando maior agilidade nas contratações, padronização de critérios técnicos, mitigação de riscos e melhor alocação dos recursos internos.

Dessa forma, a realização da pré-qualificação mostra-se oportuna, proporcional e alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e boa governança, assegurando a continuidade e a qualidade dos serviços prestados pela Empresa.

**2.2.** A presente Pré-Qualificação Permanente fundamenta-se no Art. 64 da Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), na Seção II do Capítulo III do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da PBH ATIVOS (IN 004/2025) e observa, subsidiariamente, as boas práticas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no que couber. Trata-se de procedimento auxiliar destinado à seleção prévia de consultorias para contratação futura.

**2.3.** A estruturação de projetos de infraestrutura, concessões e parcerias público-privadas (PPPs), bem como a gestão dos respectivos contratos, exige uma análise multidisciplinar transversal (jurídica, econômica, técnica e de gestão) que, pelas razões acima expostas, pode demandar a contratação de consultorias. Todavia, a complexidade desses ativos impõe que tais parceiros possuam senioridade técnica comprovada, sob pena de produção de estudos inconsistentes, capazes de resultar em certames desertos, judicializados ou com falhas de bancabilidade.

**2.4.** O procedimento de Pré-Qualificação Permanente visa assegurar que as futuras licitações restritas sejam direcionadas exclusivamente aos interessados que já tenham superado a fase de habilitação jurídica, fiscal e comprovada capacidade técnica de excelência (patamar mínimo).

**2.4.1.** A restrição de participação nas licitações assegurada apenas às empresas previamente admitidas no Cadastro de Pré-Qualificados, a PBH Ativos garante que a seleção final ocorra apenas entre consultorias com expertise comprovada, reduzindo o risco de participação de empresas inaptas que possam comprometer a viabilidade técnica, a segurança jurídica e a atratividade econômico-financeira dos projetos.

### **3. EXIGÊNCIA DE AMOSTRA**

**3.1.** Não se aplica neste caso.

### **4. LOCAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

**4.1.** Não se aplica para o Cadastro de Pré-Qualificação Permanente.

### **5. DAS OBRIGAÇÕES DA INTERESSADA**

**5.1.** A Interessada deverá cumprir fielmente as disposições previstas na legislação vigente, no contrato a ser celebrado, decorrente de futura licitação restrita, e no Edital que o originou, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé, cabendo-lhe, especialmente:

- a) Manter os requisitos e condições de habilitação fixados no processo de Pré-Qualificação.
- b) Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a PBH Ativos, bem como a eventual perda dos pressupostos para a participação.
- c) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- d) Informar imediatamente à PBH Ativos S/A qualquer ocorrência que possa impactar a regular execução do futuro contrato, oportunidade em que deverá ainda indicar as medidas necessárias à reversão da questão e mitigar os seus impactos.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES DA PBH ATIVOS S/A**

**6.1.** A PBH Ativos S/A, por sua vez, deverá cumprir fielmente as disposições previstas na legislação vigente, e no presente Edital de pré-qualificação, atuando em consonância com os princípios da probidade e boa-fé, cabendo-lhe, especialmente:

- a) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Interessada;
- b) Aplicar à Interessada as sanções administrativas regulamentares cabíveis quando necessário;
- c) Resguardar, sob as penas da lei, sigilo sobre quaisquer dados pessoais, informações, documentos da Interessada, que venham a ter conhecimento em razão do Cadastro consoante disposições da LGPD.
- d) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;
- e) Garantir o contraditório e ampla defesa no caso de aplicação de penalidades, observados os procedimentos aplicáveis;
- f) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Interessada.

## **7. DO PREÇO DE REFERÊNCIA OU ORÇAMENTO ESTIMADO**

**7.1.** Na fase de Pré-Qualificação não há definição de valores contratuais.

**7.2.** Nas futuras licitações, o valor estimado será definido com base no orçamento de referência do projeto específico.

## **8. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**8.1.** O critério de julgamento será definido no Edital de licitação futura.

## 9. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**9.1.** Quanto à **habilitação jurídica**, conforme o caso, será exigido a apresentação dos seguintes documentos:

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis ou no Registro de Pessoas Jurídicas, conforme a respectiva natureza;

b) Documento de eleição dos administradores, procuração ou ata de assembleia que outorgou poderes ao(s) representante(s), em caso dessa atribuição e do(s) dados pessoais do(s) representante(s) não constarem do estatuto ou contrato social;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade desempenhada assim o exigir;

e) Certidão Negativa Correccional emitida pela Controladoria-Geral da União, referente ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) - CNEP.

**9.2.** Excepcionados os documentos referidos na alínea e) do subitem 9.1., os documentos e/ou certidões de habilitação supra poderão ser substituídos pelo cadastro no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte – SUCAF, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 11.245, de 23 de janeiro de 2003, **desde que esteja ATIVO e válido**, pelo CAGEF – Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais e pelo SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal.

**9.3.** As **habilitações fiscal, social e trabalhista** serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Regularidade relativa à Seguridade Social ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) Declaração de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos; do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

**9.3.1.** A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativa.

**9.3.2.** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sendo-lhes concedido, no momento apropriado, o tratamento diferenciado e simplificado, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto Municipal nº 16.535, de 30 de dezembro de 2016.

**9.3.3.** A regularidade fiscal mencionada neste subitem não abrange débitos que não possuam origem fiscal, tais como multas de qualquer espécie, exceto se forem indispensáveis para garantir o cumprimento das obrigações do futuro contrato.

#### **9.4. Qualificação econômico-financeira**

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial da empresa, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou certidão negativa de insolvência civil expedida no domicílio da pessoa jurídica, emitida nos últimos 06(seis) meses.

#### **9.5. Qualificação Técnica**

a) Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que a empresa presta ou prestou serviços de

natureza compatível com o objeto deste procedimento, em característica, quantidade e prazo. E, além disso, deverão estar de acordo com o(s) lote(s) eleito(s).

b) O(s) atestado(s) deverá(ão) estar emitido(s) em papel timbrado(s) do(s) órgão(s) ou da(s) empresa (s) que o expediu (ram), ou deverá (ão) conter carimbo do CNPJ do(s) mesmo(s), com a devida identificação do responsável pela assinatura do atestado.

c) O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderá (ão) ser apresentado (s) em nome da empresa, com CNPJ da matriz e/ou da filial(ais).

d) Não será(ão) aceito(s) atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) pela própria empresa.

e) A PBH Ativos se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo requisitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

**9.5.1.** A comprovação da Capacidade Técnico-Operacional deve ser realizada pelos atestados conforme subseções dos lotes (subitem 10. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA POR LOTE).

**9.6.** Deverão ser apresentadas as Declarações constantes dos Anexos I a VIII, devidamente assinadas.

**9.7.** Para fins de habilitação, os documentos que não possuírem prazo de validade deverão possuir data de emissão de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, tendo como referência a data de abertura do credenciamento.

## **10. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA POR LOTE**

**10.1.** A pré-qualificação das interessadas fundamenta-se na demonstração de robustez institucional, a saber:

**I. Capacidade Técnico-Operacional (empresa/consórcio):** comprovação de experiência prévia na execução de projetos de natureza e complexidade semelhantes ao lote pretendido;



**II. Capacidade Técnico-Profissional (equipe-chave):** demonstrada por meio de declaração de disponibilidade de equipe técnica compatível com as exigências previstas nos editais das futuras licitações, conforme Anexo VIII;

**10.1.1.** Como regra geral, as empresas ou consórcios deverão comprovar experiência na estruturação de projetos de desestatização, concessão, PPP ou ativos de infraestrutura de porte equivalente ao escopo do lote pretendido, admitida a soma de diferentes atestados de capacidade técnica, desde que sejam atendidos os requisitos de escopo definidos para o respectivo lote.

### **Lote 01 – Modelagem/Estudo Jurídico-Institucional**

Capacidade Operacional (Empresa/Consórcio): Comprovar, por meio de atestados de capacidade técnica ou documentos equivalentes, a prestação de serviços de consultoria jurídica na estruturação de projeto(s) de concessão ou PPP, cujo(s) estudo(s) tenha(m) atingido, comprovadamente, ao menos uma das seguintes fases: (i) publicação de consulta pública; e/ou publicação de edital de licitação.

### **Lote 02 – Modelagem/Estudo Econômico-Financeira e de Riscos**

Capacidade Operacional (Empresa/Consórcio): Comprovação da elaboração do plano de negócios integral; estruturação de modelo financeiro em fluxo de caixa descontado com projeções de curto, médio e longo prazo; desenvolvimento de matriz de alocação de riscos com valoração de passivos contingentes; e realização de testes de sensibilidade e bancabilidade (*bankability*), especificamente através da análise de indicadores de cobertura de dívida (ICSD) e rentabilidade (TIR/VPL), garantindo a atratividade do projeto perante investidores e instituições financiadoras.

### **Lote 03 – Engenharia, Arquitetura e Planejamento Urbano**

Capacidade Operacional (Empresa/Consórcio): Elaboração de EVTE (Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica) ou Projetos Básicos. Comprovação de elaboração de estudos técnicos de engenharia (CAPEX/OPEX) para projetos de concessão ou ativos imobiliários de grande porte.

### **Lote 04 – Gestão, Governança e Monitoramento de Desempenho**

Capacidade Operacional (Empresa/Consórcio): Definição de Indicadores de Desempenho (KPIs) e mecanismos de pagamento variáveis. Experiência em

estruturar o sistema de mensuração de desempenho e diretrizes de governança de contratos de longo prazo (PPPs ou Concessões).

### **Lote 05 – Relações Públicas e Comunicação Estratégica**

Capacidade Operacional (Empresa/Consórcio): Comprovação de apoio à gestão de stakeholders, gestão de crises, condução de processos de participação social (audiências/consultas) e elaboração de plano de comunicação em projetos estratégicos de infraestrutura.

### **Lote 06 – Inovação e Tecnologia**

Capacidade Operacional (Empresa/Consórcio): Integração de soluções tecnológicas (BIM, IoT, Big Data, Eficiência Energética) em ativos públicos e sistemas de monitoramento digital ou infraestrutura de tecnologia aplicada a concessões.

### **Lote 07 – Gestão Ágil de Projetos (PMO) e Integração de Estudos**

Capacidade Operacional (Empresa/Consórcio): Gestão e integração de estudos multidisciplinares (jurídicos, financeiros e de engenharia) utilizando Frameworks Ágeis (Scrum, Kanban ou Lean), focando na entrega incremental de produtos e na mitigação dinâmica de riscos durante a modelagem. Coordenação técnica integral de pelo menos 01 projeto de PPP ou Concessão, comprovando a aplicação de ritos ágeis (ex: planejamento de *sprints*, reuniões de alinhamento periódico e entregas por ciclos de maturidade dos estudos).

## **11. DA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO**

**11.1.** Será permitida a soma de atestados para comprovação da capacidade técnica operacional, desde que cada empresa consorciada atenda individualmente aos requisitos de habilitação jurídica e regularidade fiscal.

**11.2.** Para fins da qualificação técnica exigida neste Termo de Referência, admite-se a soma dos atestados de capacidade técnica das empresas integrantes do consórcio.

**11.2.1.** Para o atendimento do quantitativo mínimo de projetos exigidos em cada lote (ex: 02 projetos), será aceito que uma empresa do consórcio apresente 01 (um) atestado e outra apresente o segundo, desde que ambos os atestados refiram-se ao escopo do lote pretendido.

**11.3.** O consórcio deverá indicar, no seu Termo de Compromisso de constituição de consórcio (anexo VI), uma empresa líder, que atuará como interlocutora oficial perante a PBH Ativos.

**11.4.** As empresas integrantes do consórcio responderão solidariamente pelos atos praticados, tanto na fase de pré-qualificação quanto na execução dos contratos derivados das seleções restritas, conforme previsto no Art. 31 da Lei Federal nº 13.303/2016 e em conformidade com as disposições do RILC da PBH Ativos.

**11.5.** É vedada a participação de uma mesma empresa em mais de um consórcio para o mesmo lote, ainda que em qualidades distintas (líder ou consorciada), sob pena de desclassificação de todos os consórcios envolvidos.

**11.6.** Não será admitida a alteração da composição do consórcio após a emissão do Termo de Admissão na Pré-Qualificação, salvo em casos excepcionais de fusão, cisão ou incorporação, desde que a nova estrutura mantenha ou seja superior a qualificação técnica originalmente aprovada pela PBH Ativos.

## **12. DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATADO**

**12.1.** Não se aplica para o Cadastro de Pré-Qualificação Permanente.

## **13. DA GARANTIA CONTRATUAL**

**13.1.** Não se aplica para o Cadastro de Pré-Qualificação Permanente.

## **14. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE MANUTENÇÃO DO CADASTRO**

**14.1.** Em conformidade com o Art. 64, §1º da Lei nº 13.303/2016, este procedimento de pré-qualificação permanecerá aberto por prazo indeterminado para a inscrição de novos interessados, permitindo o ingresso de novas sociedades empresárias ou consórcios que venham a atender aos requisitos deste Edital a qualquer tempo.

**14.2.** A admissão de cada interessada no Cadastro de Pré-Qualificados terá validade inicial de 01 (um) ano, podendo ser renovada sucessivamente por igual período, mediante atualização documental.

**14.2.1.** A vigência da pré-qualificação está condicionada à manutenção da validade de todos os documentos apresentados, devendo a empresa promover a atualização de certidões ou comprovantes que venham a expirar.

**14.3.** É responsabilidade exclusiva da empresa ou consórcio manter a regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e qualificações econômico-financeira e técnica durante todo o período de permanência no Cadastro.

**14.3.1.** Os documentos e certidões podem ser atualizados a qualquer momento, visando garantir a aptidão da empresa para as futuras licitações restritas.

## **15. DO REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO DO CONTRATO**

**15.1.** Não se aplica para o Cadastro Pré-Qualificação Permanente por não envolver contratação nesta etapa.

## **16. DO RECURSO FINANCEIRO**

**16.1.** Não se aplica para a pré-qualificação por não envolver recursos financeiros da PBH Ativos S/A nesta etapa.

## **17. DOS CRITÉRIOS E FORMAS DE PAGAMENTO**

**17.1.** Não se aplica para o Cadastro Pré-Qualificação Permanente por não envolver contratação nesta etapa.

## **18. MATRIZ DE RISCO**

**18.1.** Conforme inciso XVIII do art. 7º do RILC e art. 42 da Lei Federal nº 13.303/2016, a matriz de risco não é obrigatória para todas as contratações, sendo exigida nas contratações de obras e serviços de engenharia e naquelas cujo objeto seja de grande complexidade. Não sendo, portanto, o caso da presente etapa de pré-qualificação.

## **19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**19.1.** Para a apuração de faltas contratuais ou outras cometidas neste procedimento, a PBH Ativos poderá impor as seguintes penalidades, assegurados a ampla defesa e o contraditório:

- a) Advertência;
- b) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório e/ou no contrato a ser celebrado;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos S.A.
- d) Demais sanções descritas na Lei Federal nº 12.846/2013, caso aplicável.

**19.2.** As referidas sanções, bem como o procedimento para sua aplicação, constituem cláusulas do Edital de Pré-Qualificação e dos editais das futuras licitações restritas, e respectivos instrumentos de contrato a serem firmados, devidamente detalhadas em observância às condições e aos limites legais.

## **20. INDICAÇÃO DOS FUTUROS GESTOR E FISCAL DO CONTRATO**

**20.1.** A gestão estratégica e operacional do Cadastro de Pré-Qualificados será realizada pela Diretoria de Negócios e pela Diretoria Executiva da PBH Ativos, ou unidades que venham a sucedê-las, competindo-lhes:

I. Coordenar o processo de análise de novos pedidos de entrada, assegurando que o fluxo de adesão permaneça ininterrupto e atenda ao caráter permanente do procedimento;

II. Zelar pela guarda e organização dos documentos e atestados apresentados pelas interessadas;

III. Notificar as empresas pré-qualificadas sobre a validade anual da sua pré-qualificação.

**20.2.** A análise técnica dos pedidos de inscrição e das atualizações de equipe será realizada por uma Comissão de Avaliação, designada especificamente para este fim, composta por empregados do quadro permanente ou ocupantes de funções de confiança, garantindo a segregação de funções e a imparcialidade.

**20.3.** No exercício da fiscalização do cadastro, a PBH Ativos poderá:

**20.3.1.** Solicitar esclarecimentos, documentos complementares ou promover vistorias e consultas para atestar a veracidade das informações e dos acervos técnicos apresentados (Art. 25, § 1º IN 004/2025 PBH Ativos).

**20.3.2.** Instituir sistema de histórico de desempenho das empresas contratadas, cujos registros servirão de subsídio para a manutenção ou descredenciamento do interessado no cadastro.

**20.4.** Todas as comunicações, convocações para licitações restritas e notificações relativas à gestão do cadastro serão realizadas prioritariamente por meio eletrônico, através do e-mail cadastrado pela interessada no ato da inscrição, sendo de inteira responsabilidade desta a manutenção de seus dados de contato atualizados.

## **21. DA EMPRESA A SER CONTRATADA**

**21.1.** Será contratada, por meio de futuras licitações restritas ao Cadastro de Pré-Qualificação Permanente, serviços técnicos especializados, conforme critérios definidos em editais a serem publicados de acordo com a necessidade da PBH Ativos S/A.

## **22. PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO (LICITAÇÃO RESTRITA)**

**22.1.** Para cada demanda específica de estruturação, modelagem ou consultoria, a PBH Ativos realizará uma Licitação Restrita, em conformidade com o seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) e conforme autorizado pelo Art. 64, Inc II, §2º da Lei nº 13.303/2016, limitada aos interessados devidamente inscritos e admitidos no Cadastro de Pré-Qualificados no lote correspondente ao objeto.

**22.2.** A licitação será deflagrada mediante a publicação de Edital específico, enviado eletronicamente a todos os pré-qualificados no lote correspondente, contendo os elementos de instrução previstos no RILC, especialmente:

- I. Projeto Básico/Descrição dos Serviços com a descrição detalhada do objeto, produtos esperados e matriz de riscos;
- II. Critérios de Julgamento a ser definido a cada licitação nos termos do Art. 54 da Lei 13.303/16;
- III. Cronograma e Prazos, incluindo datas para apresentação de propostas, esclarecimentos, execução e entrega dos produtos.

**22.3.** O procedimento seguirá as fases ordinárias previstas no RILC e na Lei 13.303/16, compreendendo:

- I. Publicação/Convocação: Chamamento de todos os integrantes do Cadastro de Pré-Qualificados do respectivo lote;
- II. Apresentação de Propostas e/ou Lances: Sessão pública para recebimento das propostas;
- III. Julgamento: Conforme metodologia detalhada no Edital;
- IV. Habilitação Complementar: Verificação apenas das condições que não foram objeto de análise na pré-qualificação (ex: regularidade fiscal atualizada e disponibilidade da equipe técnica);
- V. Recursos: Fase única recursal após o julgamento e habilitação, conforme o rito simplificado das Estatais;
- VI. Homologação e assinatura do Termo de Pré-Qualificação.

## **23. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS E DA COMPOSIÇÃO TÉCNICA**

**23.1.** Contra os atos de indeferimento de admissão ao Cadastro de Pré-Qualificados, caberá recurso administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da intimação ou publicação do ato, conforme o Art. 59 da Lei nº 13.303/2016.

**23.2.** Declarados os habilitados/cadastrados na presente pré-qualificação qualquer participante poderá manifestar motivadamente a intenção de recorrer.

**23.2.1.** O prazo para apresentação das razões do recurso será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da lavratura da ata de julgamento ou da habilitação.

**23.2.2.** Os demais licitantes ficam desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual período, que começará a correr do término do prazo do recorrente.

**23.3.** Do Efeito e Processamento:

**23.3.1.** Os recursos previstos neste capítulo terão apenas efeito devolutivo, salvo se a autoridade competente, de forma motivada e por razões de interesse público, atribuir-lhes efeito suspensivo.

**23.3.2.** O acolhimento de recursos importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**23.3.3.** A apresentação de recursos deverá ser realizada exclusivamente por meio eletrônico, através do endereço [licitacao@pbhativos.com.br](mailto:licitacao@pbhativos.com.br).

## **24. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**24.1.** Dúvidas poderão ser esclarecidas pelo telefone 31-3246-7044 ou preferencialmente pelo e-mail [licitacao@pbhativos.com.br](mailto:licitacao@pbhativos.com.br).

**24.2.** Demais providências deverão ser regidas pela Lei Federal nº 13.303/2016 c/c a IN 004/2025 - Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PBH Ativos S/A e demais legislações pertinentes.

Belo Horizonte,

Lucas Antonio M. de Faveri  
**DIRETOR-PRESIDENTE**  
**PBH ATIVOS S/A**

Gilberto Silva Ramos  
**DIRETOR DE NEGÓCIOS**  
**PBH ATIVOS S/A**



**ANEXO I- MODELO DE DECLARAÇÃO DE BENEFICIÁRIO DA LEI  
COMPLEMENTAR 123/2006**

**Pré-qualificação nº.001/2026**

Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa \_\_\_\_\_ é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, na condição de \_\_\_\_\_ considerando os valores da receita bruta e o atendimento aos requisitos previstos na Lei supracitada.

Atestamos para os devidos fins, que não se encontra enquadrada em nenhuma das hipóteses, que veda a concessão do tratamento jurídico diferenciado, previstas nos incisos I a X do § 4º do art. 3º da Lei nº 123/2006:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações.

Possuímos ciência da nossa obrigação de comunicar à PBH Ativos S/A quaisquer fatos supervenientes que alterem a situação de nossa empresa.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável legal

**ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA****Pré-qualificação nº.: 001/2026**

A empresa ..... com sede na ..... nº ..... Bairro ..... , cidade de ..... , inscrita no CNPJ nº ..... por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) ..... , portador (a) Carteira de Identidade R.G. nº ..... e do CPF nº ..... DECLARA, sob as penas da lei, em cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição da República/88, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

- ☐ Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.  
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável legal

**ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DA LEI ORGÂNICA**

**Pré-qualificação nº.: 001/2026**

Declaro, para os devidos fins, que os trabalhadores da \_\_\_\_\_ (Razão Social) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no \_\_\_\_\_ (endereço completo) \_\_\_\_\_, envolvidos na execução do objeto em questão não incorrem nas proibições previstas no artigo 49-B da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte/MG, *in verbis*:

**Art. 49-B** - Não poderão prestar serviço a órgãos e entidades do Município os trabalhadores das empresas contratadas declarados inelegíveis em resultado de decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado relativa a, pelo menos, uma das seguintes situações:

**Art. 49-B acrescentado pela Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 14/09/2011 (Art. 2º)**

I - Representação contra sua pessoa julgada procedente pela Justiça Eleitoral em processo de abuso do poder econômico ou político;

II - Condenação por crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública ou o patrimônio público.

Parágrafo único - Ficam as empresas a que se refere o caput deste artigo obrigadas a apresentar ao CONTRATANTE, antes do início da execução do CONTRATO, declaração de que os trabalhadores que prestarão serviço ao Município não incorrem nas proibições de que trata este artigo. (NR)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável legal

**ANEXO IV- MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE AO ARTIGO 38 DA  
LEI FEDERAL Nº 13.303/2016**  
**Pré-qualificação nº.: 001/2026**

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA), DECLARA, sob as penas da lei, que a empresa não incorre em nenhum dos impedimentos para participar de licitações e ser contratada, prescritos no artigo 38 da Lei Federal nº 13.303/2016, quais sejam:

- a) cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da PBH Ativos S.A.;
- b) suspensão pela PBH Ativos S.A.;
- c) declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a PBH Ativos S.A., enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- d) constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- e) cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- f) constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- g) cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- h) que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

Aplica-se a vedação também:

- a) à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios;
- b) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
  - b.1) dirigente da PBH Ativos S.A.;
  - b.2) empregado PBH Ativos S.A., cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
  - b.3) autoridade do ente público a que a PBH Ativos S.A. esteja vinculada.
- c) cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a PBH Ativos S.A. promotora da licitação ou contratante há menos de 6 (seis) meses.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável legal

**ANEXO V- MODELO DE DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO À LGPD**

**Pré-qualificação nº.: 001/2026**

A empresa .....(inserir razão social), com sede na ..... nº ..... Bairro ....., cidade de ....., inscrita no CNPJ nº ..... por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) ..... (inserir o nome), CPF nº ..... DECLARA, a sua conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 13.709/2018 - LGPD), nos seguintes termos:

- a) A empresa declara estar em conformidade com a LGPD, adotando medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança e proteção dos dados pessoais sob sua guarda, em conformidade com os princípios estabelecidos na referida legislação;
- b) Compromete-se a tratar os dados pessoais apenas para as finalidades necessárias ao cumprimento de suas obrigações contratuais e legais, respeitando os princípios da transparência, segurança e minimização de dados;
- c) Declara que possui políticas e procedimentos internos voltados para a proteção de dados pessoais, incluindo controles de segurança, gestão de riscos e resposta a incidentes de privacidade;
- d) Compromete-se a comunicar qualquer incidente de segurança que possa comprometer dados pessoais, nos termos da legislação vigente, bem como a cooperar com as autoridades competentes sempre que necessário;
- e) Declara que seus colaboradores e prestadores de serviço são devidamente treinados e conscientizados quanto à importância da proteção de dados pessoais e à necessidade do cumprimento da LGPD;
- f) Responsabiliza-se pelo cumprimento das obrigações decorrentes da LGPD, bem como às disposições do TR, editalícias e contratuais acerca do tratamento de dados pessoais, respondendo por eventuais infrações à legislação de proteção de dados que sejam de sua exclusiva responsabilidade.
- g) A empresa se compromete a fornecer quaisquer informações adicionais que se fizerem necessárias para comprovar sua conformidade com a LGPD.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente termo.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável Legal

**ANEXO VI - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE  
CONSÓRCIO**

**Pré-qualificação nº.: 001/2026**

**I – DAS PARTES**

A ..... (nome da empresa líder), com sede na  
..... (endereço), ..... (cidade),  
..... (estado), inscrita no CNPJ sob o nº....., a  
..... (nome da segunda empresa  
consoiciada), com sede na ..... (endereço),  
..... (cidade), ..... (estado), inscrita no CNPJ sob o  
nº....., (**demais empresas consoiciadas**), formalizam, pela  
presente, a intenção e o compromisso de constituir um consórcio, com a finalidade de  
apresentar, em conjunto, proposta para .....(**OBJETO  
DA LICITAÇÃO**), com a participação efetiva das empresas ora associadas.

Considerando que o Edital do futuro processo licitatório para o Lote \_\_\_\_ do cadastro  
de pré-qualificação 001/2026 permite a participação de empresas em consórcio para  
a apresentação conjunta de proposta;

Considerando que as empresas acima qualificadas têm interesse em participar desse  
processo licitatório em consórcio formado por elas, têm entre si pactuado, e para os  
fins nele previstos, o presente TERMO DE COMPROMISSO PARTICULAR DE  
CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO, que ajustam segundo as cláusulas e condições  
adiante dispostas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

Pelo presente instrumento particular de TERMO DE COMPROMISSO DE  
CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO, as PARTES comprometem-se a se consoiciar  
para participar do futuro processo licitatório para o Lote \_\_\_\_ do cadastro de pré-  
qualificação 001/2026, promovida pela PBH Ativos S.A., em todas as suas etapas,  
apresentando proposta, e, caso seja esta adjudicada, a assinar o respectivo  
CONTRATO, para o que firmarão CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE  
CONSÓRCIO, observados os termos do que dispõem as Leis nº 6.404/76 e nº  
13.303/2016, comprometendo-se a dar cabal cumprimento a todas as obrigações

assumidas por força deste instrumento, que celebram em caráter irrevogável e irretratável.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA LIDERANÇA DO CONSÓRCIO**

O consórcio usará a denominação de ..... (nome do consórcio), tendo como líder a empresa .....(nome da empresa líder) e como representante do consórcio o Sr. ....(nome do representante do consórcio, naturalidade, identidade e CPF), com plenos poderes para tratar de assuntos técnicos, administrativos, econômico-financeiro e outros julgados de interesse da PBH Ativos S.A.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXCLUSIVIDADE**

As PARTES que compõem o CONSÓRCIO obrigam-se, por este instrumento, a não integrar outro consórcio, nem tampouco participar isoladamente, neste processo licitatório.

## **CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA**

As empresas que formam o CONSÓRCIO responderão solidariamente, por todos os atos praticados pelas PARTES, seja durante as fases da licitação ou durante a execução do Contrato, que dela eventualmente decorra.

## **CLÁUSULA QUINTA – DA INALTERABILIDADE DO AJUSTE**

Declaram as PARTES que não alterarão a constituição ou composição do consórcio sem prévia e expressa anuência da PBH Ativos S.A., obrigando-se a manter sempre presentes as condições que assegurarem a habilitação do CONSÓRCIO, até a conclusão dos serviços a serem contratados, exceto na hipótese de as PARTES virem a se fundir numa só, que as suceda para todos os fins e efeitos legais.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA NATUREZA DO CONSÓRCIO**

Para a proposta apresentada pelo CONSÓRCIO, ajustam as PARTES que a execução dos serviços será distribuída nos termos a seguir apresentados.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO INSTRUMENTO DEFINITIVO**

Caso a proposta apresentada pelo CONSÓRCIO venha a ser adjudicada, obrigam-se as PARTES a promover, no prazo de até 05 (cinco) dias antes da celebração do Contrato, a constituição e o registro do consórcio, cuja duração será, no mínimo, igual ao prazo necessário para a conclusão das obras, serviços e fornecimentos, objeto da licitação referida, até sua definitiva aceitação, que deverá observar os dispositivos legais aplicáveis, as cláusulas do Edital acima referido e todos os termos deste COMPROMISSO.

### **CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

Este Compromisso de Constituição de Consórcio é firmado por prazo indeterminado, vigendo a partir da data de sua assinatura e ficando, automaticamente, rescindido caso ocorra qualquer dos seguintes fatos:

- ser proferida decisão, de que não caiba recurso administrativo ou judicial, de inabilitação do consórcio;
- ser proferida decisão, de que não caiba recurso administrativo ou judicial, de desclassificação do consórcio;
- após esgotados todos os recursos, administrativos e judiciais, na hipótese de adjudicação de proposta ofertada por outro concorrente ou no caso de anulação/revogação da licitação;
- após celebrado e registrado o instrumento de constituição de consórcio a que se refere a Cláusula Sétima, que substituirá este para os fins de direito.

### **CLÁUSULA NONA – DO ENDEREÇO**

O CONSÓRCIO, para os fins da licitação, adotará como endereço o da LÍDER, situado na Rua/Av. \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

Elegem, as PARTES, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste instrumento, o Foro da comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim, justas e contratadas as partes firmam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com duas testemunhas a tudo presentes.

Localidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.



---

(empresa líder do consórcio)

assinatura e nome do representante legal ou procurador (com os devidos poderes)

---

(demais empresas consorciadas)

assinatura e nome do representante legal ou procurador (com os devidos poderes)

---

(demais empresas consorciadas)

assinatura e nome do representante legal ou procurador (com os devidos poderes)

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**ANEXO VII - MODELO DE TERMO DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO**

**Pré-qualificação nº.: 001/2026**

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO**

A empresa [nome da empresa] inscrita no CNPJ sob o nº [número do CNPJ], com sede à [endereço completo], por seu representante legal infra-assinado, DECLARA, para fins de participação no processo de pré-qualificação promovido pela PBH Ativos S.A., que **atende integralmente os requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira exigidos no edital de pré-qualificação**, estando apta a participar da futura licitação relativa ao Lote \_\_\_\_ da pré-qualificação \_\_\_\_/\_\_\_\_.

Localidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**[Nome do representante legal]**

**[Cargo]**

**CPF: [xxx.xxx.xxx-xx]**

**DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE DOCUMENTOS ATUALIZADOS**

A empresa [nome da empresa] inscrita no CNPJ sob o nº [número do CNPJ], com sede à [endereço completo], por seu representante legal infra-assinado, DECLARA, para fins de participação no processo de pré-qualificação promovido pela PBH Ativos S.A., que **mantém atualizados todos os documentos apresentados no processo de pré-qualificação**, comprometendo-se a comunicar imediatamente qualquer alteração que interfira nas condições de habilitação exigidas pela Administração.

Localidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**[Nome do representante legal]**

**[Cargo]**

**CPF: [xxx.xxx.xxx-xx]**

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES**

A empresa [**nome da empresa**] inscrita no CNPJ sob o nº [**número do CNPJ**], com sede à [**endereço completo**], por seu representante legal infra-assinado, DECLARA, para fins de participação no processo de pré-qualificação promovido pela PBH Ativos S.A., que todas as informações e documentos apresentados no processo de pré-qualificação são verdadeiros, autênticos e refletem a real situação da empresa, assumindo inteira responsabilidade administrativa, civil e penal por qualquer falsidade ou omissão.

Localidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

[Nome do representante legal]

[Cargo]

CPF: [xxx.xxx.xxx-xx]

**DECLARAÇÃO DE NÃO INIDONEIDADE**

A empresa [**nome da empresa**] inscrita no CNPJ sob o nº [**número do CNPJ**], com sede à [**endereço completo**], por seu representante legal infra-assinado, DECLARA, para fins de participação no processo de pré-qualificação promovido pela PBH Ativos S.A., que não foi declarada inidônea por nenhum Órgão da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, distrital ou municipal, nem está suspensa de contratar com o Poder Público, estando plenamente apta a participar do processo de pré-qualificação e das contratações públicas correlatas.

Localidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

[Nome do representante legal]

[Cargo]

CPF: [xxx.xxx.xxx-xx]

## DECLARAÇÃO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

A empresa **[nome da empresa]** inscrita no CNPJ sob o nº **[número do CNPJ]**, com sede à **[endereço completo]**, por seu representante legal infra-assinado, DECLARA, para fins de participação no processo de pré-qualificação promovido pela PBH Ativos S.A., que **possui experiência comprovada na execução de obras serviços de engenharia com características semelhantes ao objeto da futura licitação**, conforme atestados e demais documentos técnicos apresentados neste processo de pré-qualificação.

Localidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**[Nome do representante legal]**

**[Cargo]**

**CPF: [xxx.xxx.xxx-xx]**

**ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE  
EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA**

**Pré-qualificação nº.: 001/2026**

Prezados Senhores,

..... (Razão Social, endereço e CNPJ do INTERESSADO, DECLARA, sob as penas da lei, possuir condições e capacidade para mobilizar, em tempo hábil, e pelo prazo requerido, todos os equipamentos, materiais e mão de obra necessários para a execução das obras e serviços objeto da futura LICITAÇÃO do Lote \_\_\_\_.

[Local, Data]

[Nome e assinatura do representante legal, com firma reconhecida]

[Razão Social/Denominação]